

A Mulher na Redação em Portugal: o processo de feminização do jornalismo¹

Ana Paula BANDEIRA²

Alfredo VIZEU³

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

As mulheres ocupam cada vez mais espaço nas redações em Portugal. Atualmente, elas representam 48,2% dos jornalistas, seguindo uma tendência do mundo ocidental iniciada no fim do século XX. Com base nas teorias do jornalismo, do gênero e do mundo do trabalho, esta investigação busca mostrar possíveis alterações nas rotinas e processos jornalísticos dentro desse contexto. Realizamos entrevistas individuais com 21 jornalistas de três jornais portugueses. As análises direcionam para mudanças nas práticas da redação. Elas dividem com os homens as responsabilidades no trabalho. As investigações de campo mostram que, mesmo sem hegemonia no topo da hierarquia, a influência delas aumenta cada vez mais na gestão e no olhar para temas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; jornalismo em Portugal; feminização; gênero.

INTRODUÇÃO

Desde os anos 1980, são inegáveis as mudanças nas redações e nos cargos executivos das empresas jornalísticas. A virada do século XX para o XXI foi marcada pelo que se tem chamado de feminização da força de trabalho jornalístico no mundo ocidental (LOBO *et al.*, 2015; MIRANDA, 2014, 2017; GARCIA, 2009). Porém, estudos globais que tratam da cultura das redações, tanto no que se refere ao ambiente de trabalho quanto à forma como as mulheres são tratadas e retratadas nas matérias jornalísticas, consideram serem necessários mais de meio século para que as mudanças iniciadas no fim do século XX evoluam para uma equidade de gênero (IFJ, 2009), ainda que, em alguns países as mulheres estejam fortemente representadas entre os jornalistas.

O aumento do número de mulheres nas redações traz questões a serem pensadas a partir da tríade jornalismo, gênero e sociedade. Este estudo busca, portanto, compreender as implicações que o aumento da população feminina no jornalismo traz às práticas e rotinas dentro das redações, por meio das percepções dos profissionais. Trata-se de um

¹ Pesquisa realizada durante o estágio sanduíche da primeira autora deste artigo na Escola Superior de Comunicação Social, em Portugal, em 2017, como parte do doutorado em Comunicação na UFPE, orientado pelo segundo autor.

² Doutoranda em Comunicação (UFPE), mestre em Jornalismo (UFSC) e graduada em Comunicação Social/Jornalismo (Univali). E-mail: anapaula.bandeira@ufpe.br.

³ Doutor em Comunicação e Cultura (UFRJ). Pós-doutor (PUCRS). Docente do PPGCOM/UFPE. Coordenador do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Contemporaneidade. E-mail: a.vizeu@yahoo.com.br.

fenômeno ligado ao contexto social, no qual as mulheres passaram a ter mais acesso à educação e integraram o mundo do trabalho. E é, sobretudo, pelas lentes do social que se torna possível pensar o jornalismo sob a perspectiva de gênero (PONTES, 2017).

O estudo de gênero

Em novembro de 2017, o jornal americano *The New York Times* anunciou a contratação de uma editora de gênero⁴. Função pioneira. Não se refere a uma seção do jornal para discutir gênero. A proposta é permitir um olhar transversal sobre gênero em todas as editorias. Seis meses mais tarde, é a vez do espanhol *El País*⁵ criar o cargo de editora de gênero, igualmente focado na inclusão de mulheres nas distintas histórias trazidas pelo jornal. Ou seja, começa, nos Estados Unidos e na Europa, um movimento editorial que em certa medida formaliza a importância do olhar da mulher, para a mulher e para as questões de gênero. Nosso objeto de trabalho, aqui, é o jornalismo praticado em Portugal. Entretanto, nosso olhar mais abrangente é para a tendência de feminização das redações, no mundo ocidental, que se iniciou nas últimas décadas do século XX.

Em artigo publicado pela primeira vez em 1988, Scott (1995) afirmou: a preocupação teórica com o gênero como categoria de análise é recente. Emergiu no fim do século XX. Agora que estamos na segunda década do século XXI (trinta anos após a afirmativa de Scott), retomamos alguns pensamentos da historiadora, que define o gênero em duas partes: (1) um elemento constitutivo e relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e (2) uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Sob o prisma de um elemento constitutivo das relações sociais, o gênero implica em quatro elementos: (1) símbolos culturais que evocam representações simbólicas; (2) conceitos que interpretam o significado dos símbolos; (3) instituições e organização social; (4) identidade subjetiva. Esses elementos, diz Scott, se inter-relacionam. Na segunda definição, gênero é uma forma recorrente de significar o poder no ocidente, um meio através do qual o poder é articulado (SCOTT, 1995, p. 86-87).

Na sociedade moderna, temos a necessidade de uma visão mais ampla sobre gênero, que inclua mercado de trabalho, educação e política (SCOTT, 1995, p.87). Pensar sobre os

⁴ Informação obtida em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/11/1935704-the-new-york-times-passa-a-ter-editora-dedicada-a-questoes-de-genero.shtml> > e < <http://portalimprensa.com.br/noticias/internacional/79916/new+york+times+anuncia+editora+de+genero> >. Acesso em 03 jul 2018.

⁵ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/11/internacional/1526063643_313967.html?id_externo_rsoc=TW_BR_CM>. Acesso em 03 jul 2018.

efeitos do gênero nas relações sociais e institucionais apontados por Scott nos possibilita problematizar as naturalizações, diferenças e outras nuances do gênero no mundo do trabalho do jornalismo. E os fatos ocorridos em torno desse fenômeno, como as iniciativas do *The New York Times* e *El País*, demonstram quão atual e relevante é o tema gênero – na sociedade, em geral, e no jornalismo, especificamente.

Um olhar sobre os jornais

Em Portugal, há seis jornais diários de informação geral com circulação paga: *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias*, *Jornal I*, *Público* e *24H* (OBERCOM, 2015). O trabalho de campo envolveu três jornais - *Público*, *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã* – e 21 jornalistas (sete de cada veículo). O *Diário de Notícias* foi escolhido por ser o diário português mais antigo em circulação, fundado em 1864. O *Correio da Manhã* tem a maior circulação, com média de 105 mil exemplares por edição (OBERCOM, 2015)⁶. O *Público*, veículo considerado de referência no país, tem a maior circulação entre os jornais considerados “não populares”.

Como técnica de trabalho nas redações, realizamos entrevistas individuais em profundidade (DUARTE, 2006; GASKELL; BAUER, 2002) com homens e mulheres jornalistas ocupantes de cargos de chefia intermediária. O recorte de profissionais – deixando de fora repórteres e editores-chefes e diretores de redação - se deu a partir da constatação de que as mulheres são, atualmente, maioria ou dividem paritariamente os espaços nas redações. Apesar disso, estão em menor número em postos de chefia (MICK; LIMA, 2013; SUBTIL, 2009; GMMP, 2015, GARCIA, 2009).

A entrevista em profundidade permite buscar informações sobre as rotinas e processos de produção, com as pessoas que põem em prática os conceitos produtivos (WOLF, 1994). Por ser “um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer” (DUARTE, 2006, p. 62), a entrevista permite obter percepções da realidade da mulher no jornalismo.

Foram elaborados conjuntos de perguntas a partir do tripé temático: 1 - trajetória pessoal e profissional; 2 - ambiente e rotinas de trabalho; 3 - liderança e processo de produção noticiosa. Como as questões de gênero perpassam nossos questionamentos sobre trajetória profissional, rotina de trabalho, liderança, vida pessoal e expectativas

⁶ Média de circulação paga dos jornais portugueses, em 2015: *CM* (105 mil); *JN* (53 mil); *Público* (20 mil); *DN* (13 mil). Fonte: Anuário da Comunicação 2014-2015.

profissionais, uma vez que buscamos compreender a mulher jornalista e sua relação com poder e liderança na redação, entendemos que nosso *corpus* deveria ser composto por mulheres e homens, a fim de uma interpretação mais ampla e contextualizada do problema de pesquisa. Assim, entrevistamos um total de 12 mulheres e nove homens.

Contexto histórico

A ascensão das mulheres ao mercado de trabalho se acentuou, no mundo ocidental, sobretudo a partir do fim dos anos 1970. Em 2018, a taxa de participação da mulher no mercado de trabalho mundial é de 48,5%. Entre os homens, o percentual de atuação no mundo laboral é de 75% - 26,5% a mais em relação às representantes do sexo feminino. Mas é uma diferença que vem caindo ano a ano (OIT, 2018).

Nas últimas décadas do século XX, o ingresso de jornalistas mulheres cresceu no mundo ocidental a ponto de tornar as redações ambientes de espaços equiparados entre profissionais homens e mulheres. O crescimento vertical na carreira parece natural, à medida que as jovens profissionais recém-formadas nos anos 1990 e 2000 passam a estar entre os grupos mais experientes (sobretudo se pensarmos sob a perspectiva de que o jornalismo é uma profissão eminentemente jovem). Porém, quanto mais altos os postos hierárquicos, menos mulheres há neles (MICK, LIMA, 2013; GARCIA, 2009).

Alguns elementos nos ajudam a pensar em possíveis razões para esta realidade. Um deles é o fato de que ainda impõe sobre as mulheres o protagonismo nas tarefas domésticas e cuidados com familiares (PNAD, 2016⁷; MARQUES DA SILVA, 2010), dificultando a dedicação que cargos de gestão demandam. “Por conta das tarefas reprodutivas da vida social, muitas mulheres não progridem verticalmente nas carreiras” (ALVES, 2016, p. 636).

Em 20 anos – de 1995 a 2015 –, o panorama mundial do mundo do trabalho feito pela OIT (2016) aponta: 1) oportunidades de participação no mercado de trabalho para mulheres são 27% menores que para os homens, em escala mundial; 2) elas têm mais chance de ficar desempregadas (6,2%, contra 5,5% para os homens); 3) o trabalho familiar e doméstico é atribuição muito mais da mulher que do homem (mas nas últimas duas décadas, o percentual de mulheres dedicadas a esse trabalho diminuiu 17%); 4) em nível global, o salário das mulheres é 77% do que recebem os homens.

⁷ Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18566-pnad-continua-2016-90-6-das-mulheres-e-74-1-dos-homens-realizaram-afazeres-domesticos-ou-cuidados-de-pessoas.html>>. Acesso em 03 jul 2018.

Marques da Silva (2010) argumenta que o aumento do número de mulheres em postos de trabalho qualificados não põe fim às desigualdades de gênero. A perspectiva de representação simbólica de Bourdieu (1989) favorece a discussão sobre a dominação masculina como algo presente em toda a perspectiva existencial e nos valores adquiridos ao longo da história. Apesar das recentes mudanças da sociedade ocidental contemporânea, incluindo nelas as conquistas profissionais das mulheres, a dominação masculina ainda “afirma-se na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho” (BOURDIEU, 2014, p. 54).

Pesquisas internacionais feitas nos anos 1990 já apontavam para o crescimento do número de mulheres empregadas como jornalistas em veículos de comunicação (GARCIA, 2009; SUBTIL, 2009; GMMP, 2015; IWMF, 2011). Em escala mundial (GMMP, 2015), 27% dos cargos de chefia nas empresas jornalísticas são ocupados por mulheres, enquanto que em cargos de execução (repórteres, em geral), elas são 35%.

Como possível consequência aos desafios impostos pela sociedade, algumas jornalistas adotaram a cultura machista da redação como forma de avançar em suas carreiras (GMMP, 2015, p. 45). Cultura machista resultado de um histórico de esmagadora presença masculina nas redações. O que nos remete ao “biorritmo” da empresa jornalística, nas palavras de Traquina (2005) e à teoria organizacional, de Breed (2016), segundo a qual as normas veladas da organização e absorvidas “por osmose” pelos jornalistas influenciam o trabalho.

“Apesar da presença das mulheres a trabalhar dentro dos media ter aumentado em todas as regiões do mundo nas últimas duas décadas [fim do século XX], o verdadeiro poder é ainda um monopólio masculino” (GALLAGHER, 2004, p. 89). Assim, se o jornalismo é uma profissão historicamente masculina, essa cultura que perdura e paira sobre as redações pode persistir a despeito das mudanças pelas quais a profissão vem passando.

O gênero do jornalismo português

Em Portugal, o jornalismo começou, na segunda metade do século XVI, como uma ocupação predominantemente masculina. O desenvolvimento do jornalismo português se iniciou na segunda metade do século XIX (ROCHA; SOUSA, 2011) como produto de uma sociedade industrial que se estabelecia nesse período. Os avanços da imprensa, contudo, não possibilitaram o ingresso das mulheres na profissão:

A entrada das mulheres no jornalismo industrial será lenta e difícil. Naturalmente que a misoginia prevalecente no país será a primeira razão – a

mesma misoginia que afastava as mulheres do voto ou da universidade. Mas esta explicação não é suficiente. Se a profissionalização de médicos ou advogados, por exemplo, estava vedada às mulheres porque elas não se podiam formar nestes campos, o mesmo não acontecia com o jornalismo, que não exigia formação particular. Assim, a definição da profissão jornalística a partir de um campo de legitimação que, segundo Denis Ruellan (1993), é constituído por dimensões técnicas e intelectuais da prática jornalística, baseadas nos esforços de distinção que os grupos profissionais fazem para definir e administrar seu espaço ocupacional, parece-nos uma pista interessante para percebermos por que razão as mulheres têm uma tão grande invisibilidade na história da formação do jornalismo (SILVEIRINHA, 2012, p. 171).

O mercado de trabalho português abriu as portas para as mulheres com o fim da ditadura e início do governo democrático, no fim dos anos 1970. A mudança de regime político representou também alterações no acesso feminino à educação (MARQUES DA SILVA, 2010; GARCIA, 2009). A entrada massiva das mulheres nas redações acontece paralela a um momento de expansão do próprio jornalismo, à luz da liberdade de imprensa (MARQUES DA SILVA, 2010). É o que Subtil (2009, p. 3) chama de “viragem no perfil da profissão e na própria composição social”.

Em 1987, as mulheres representavam 19,8% das redações portuguesas. Em 1990, eram 25,4%. Sete anos mais tarde, 32,8% e, em 2009, elas somavam 40,7% (GARCIA, 2009). Dados recentes (MIRANDA, 2017; OBERCOM, 2017) reafirmam a tendência de feminização (48% dos jornalistas portugueses são mulheres), da mesma forma que coadunam com as discrepâncias apontadas pelos estudos anteriores acerca da chegada das profissionais mulheres aos cargos de mais alto comando editoriais. Subtil (2009) evidencia a necessidade de atrelar esse crescimento a um contexto de recomposição da estrutura social portuguesa, que se dá com incremento de relações de equidade entre homens e mulheres, observadas, por exemplo, no aumento da escolaridade – nos anos 1960, 29,5% dos universitários portugueses eram mulheres. Três décadas depois, elas eram mais de 60%. Além da chegada massiva das mulheres ao mercado de trabalho.

Em 2011, a pesquisadora brasileira Paula Melani Rocha e o pesquisador português Jorge Pedro Sousa empreenderam um trabalho comparativo entre Portugal e Brasil sob a perspectiva da transformação da profissão e da influência do gênero no exercício do jornalismo. Chegaram a conclusões como: 1) as mulheres e os jovens ocupam as redações tanto em Portugal quanto no Brasil; 2) a participação das mulheres muda conforme a natureza do veículo de comunicação (no Brasil, elas estão em maior número em revistas e setores fora da redação; em Portugal, atuam sobretudo nas rádios, agências de notícias e televisão); 3) mulheres ocupam os novos espaços criados no jornalismo.

Essa conjunção de fatores, contudo, é compreendida como não suficiente para a redistribuição de poder e sedimentação da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres (CERQUEIRA, 2008; SUBTIL, 2009; MARQUES DA SILVA, 2010; ROCHA; SOUSA, 2011; LOBO et al., 2015; MIRANDA, 2017).

A partir das entrevistas realizadas para esta pesquisa, pode-se inferir que o consenso geral é de que as escolhas da direção para os cargos de chefia são meritocráticas e que as mulheres já garantiram espaço igualitário em relação aos colegas homens. Observação semelhante é descrita a partir de entrevistas a jornalistas portuguesas analisadas por Lobo *et al* (2015), na qual os respondentes, de forma geral, rejeitam possíveis assimetrias de gênero, uma vez que “o jornalismo constitui-se como uma exceção entre a maioria dos universos profissionais e é uma profissão onde a igualdade de gênero foi plenamente avançada” (LOBO *et al.*, 2015, p. 1153, tradução livre). Ao que as pesquisadoras entendem como uma tipificação dos papéis de gênero, incorporados à vida profissional. “Os profissionais da informação não acreditam, em termos gerais, nas diferenças devidas ao gênero” (GALLEGO, 2004, p. 63).

Ainda que hoje em dia se tenda a uma equiparação cultural e social entre homens e mulheres, mantêm-se mesmo assim certos tópicos, crenças e práticas sociais nos quais as mulheres saem maioritariamente desfavorecidas: por exemplo, o tratamento das mulheres é mais familiar, menos rigoroso (GALLEGO, 2004, p. 63-64).

Ao observar, por exemplo, os números e o expediente dos jornais aqui estudados, observamos que as mulheres atingiram postos de chefia intermediária, mas não estão no topo dos cargos jornalísticos das redações, o que mostra que “o acesso das mulheres à igualdade de oportunidades tem sido parcial e setorial” (MARQUES DA SILVA, 2010, p. 322). No *Diário de Notícias*, dos quatro cargos de direção, um é ocupado por mulher – JP, nomeada subdiretora. Nas seis editorias de área, contudo, há paridade: cinco homens e cinco mulheres, entre editores e subeditores. No *Correio da Manhã*, os quatro cargos de direção de jornalismo são ocupados por homens. E nas oito editorias, nove homens e quatro mulheres dividem os cargos de editor e subeditor. É o veículo onde se observam as maiores disparidades no que se refere à distribuição de trabalho por gênero. No jornal *Público*, os quatro cargos de direção de jornalismo são ocupados por homens. No *Público*, há 12 editorias, nas quais atuam sete homens e dez mulheres.

Em Portugal, a taxa de atividade feminina é a mais elevada quando comparada com outros países europeus, nomeadamente com os países do Sul da Europa (PORTUGAL, 2008). No entanto, a igualdade de oportunidades e o percurso para uma cidadania efetiva não têm sido conseguidos nem através do aumento da educação, nem da sua maior presença no mundo do trabalho pago, que, nos finais dos anos 1990, era de 75,1% (MARQUES DA SILVA, 2010, p. 322).

Marques da Silva (2010, p. 308) identifica estratégias que passam tanto por buscar uma identidade profissional masculina quanto distinguir-se dos colegas do sexo oposto. Observam-se nas falas dos entrevistados da presente pesquisa situações que poderiam ser consideradas como discriminação de gênero. No entanto, ainda que nos relatos apareçam questões que remetem a obstáculos envolvendo o gênero, a maioria das entrevistadas afirma não ter enfrentado dificuldades profissionais por serem mulheres.

Questões de gênero e os valores-notícia: uma proposta de análise

Desde o século XIX existem discussões sobre gênero nas redações, e ao longo do século XX a temática tornou-se ainda mais complexa. Os estudos feministas estimularam o pensamento em torno da questão de gênero nas redações, sua relevância, o silenciamento ou a colocação dessa “variável” em segundo plano no *ethos* jornalístico e nos ideais de produção da notícia (PONTE, 2005, p. 160). O debate sobre quem produz se alargou e ganhou novas dimensões, atualmente, nos estudos sobre o conhecimento jornalístico. “Agora, ao menos oficialmente, os homens afirmam que a questão de gênero é irrelevante na sociedade moderna” (STEINER, 2009, p. 117).

Ao raciocínio de Steiner, ponderamos que este pensamento masculino em relação a não relevância da questão de gênero pode, sim, ser ampliada para o universo feminino, no sentido de que a naturalização das relações de trabalho e das rotinas profissionais entre homens e mulheres também as faz pensar como ultrapassado levar em conta questões de gênero. Sobretudo em um tempo em que as mulheres são maioria nas redações.

RL é um exemplo. Jornalista de 34 anos, é editora do caderno Vidas (seção conhecida na imprensa portuguesa como “cor-de-rosa”, que lida com o mundo das celebridades), do jornal português *Correio da Manhã*. Ao ser questionada sobre as possíveis alterações nas redações, nas últimas décadas, em função da chegada massiva das mulheres, RL diz que as redações tendem a ficar diferentes a partir do ingresso de mais jornalistas mulheres. A jornalista avalia que as relações são de paridade e pondera: “Hoje em dia, já quase colhemos isso como um não assunto, no sentido em que já é tão normal [...] as pessoas são pela competência e não por gênero.” (RL, 2017, entrevista à autora).

Como ela, outros profissionais apostam nessa igualdade. PV, 37 anos, a editora de Internacional do jornal *Diário de Notícias*, afirma: “Um jornalista é sempre um jornalista. Homem ou mulher segue os princípios da profissão” (PV, 2017, entrevista à autora). Mas há uma percepção, sobretudo entre as com mais idade, de que há mudanças substanciais. SD, 43, editora adjunta de Cultura do *Correio da Manhã*, veículo no qual ela trabalha desde os 17 anos, tem uma visão crítica acerca da chegada das mulheres às redações. “A presença feminina, para o bem ou para o mal, muda a rotina da redação. As mulheres mostraram que conseguem fazer muitas coisas ao mesmo tempo e são mais organizadas” (SD, 2017, entrevista à autora). Em seguida observa sob outro aspecto: “Já trabalhei em seção só com mulheres e elas estavam sempre a picar [criticar, ser rude, dizer indiretas] umas as outras”. E conclui: “O melhor é ser misto, com equilíbrio”.

PM, 36 anos, editor da seção Portugal (aborda políticas de educação, saúde, justiça, etc), divide as tarefas de edição com uma mulher e, com base no dia a dia do trabalho, afirma que há mudanças a partir da maior presença feminina nos jornais. “As mulheres podem ter um olhar fresco sobre alguns temas, principalmente na editoria Sociedade [seção que trata de comportamento e questões sociais]” (PM, 2017, entrevista à autora).

Pensamento este complementar ao da editora executiva GH, 47 anos. “Acho que trazemos uma visão diferente. Alargamos o campo de visão da redação. Defendo a igualdade, mas acho que não somos iguais, homens e mulheres. Temos a capacidade de perceber as coisas que dizem mais respeito às pessoas” (GH, 2017, entrevista à autora).

No entanto, fica latente a reticência à pergunta por parte de alguns profissionais, considerando que, atualmente, as mulheres garantiram seus espaços nas redações em números equivalentes ou superiores aos homens. Fica subentendido, a partir disso, que, sem um olhar mais aprofundado, jornalistas homens e mulheres podem tender à compreensão de que a presença nas redações, ou seja, o aspecto quantitativo, é demonstrativo suficiente de que há uma igualdade de gêneros nas redações jornalísticas. Dentro das redações, os profissionais não costumam problematizar as razões por que hoje há mulheres por todas as editorias, espalhadas por diferentes cargos e com distintas funções. Até mesmo porque muitos já entraram no mercado à luz dessa realidade pós anos 1990 (a ausência de memória pode ser um sinal do rejuvenescimento das redações). Mas, ao serem estimulados a falar sobre recomposição de gênero, permitem apontar três razões macro para a chegada das mulheres às chefias intermediárias:

(1) Mudança de mentalidade – essa percepção aparece na forma de apontamentos como “é um reflexo da própria sociedade portuguesa, patriarcal por muitos anos, até a década de 70 [...] a partir da revolução [Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, que representou o fim do período ditatorial no país, vigente desde 1933] houve os primeiros passos da emancipação da mulher” (PM, 36 anos, em entrevista à autora).

O período democrático em Portugal trouxe acesso à informação, acesso à formação a toda a gente. As mulheres, antes do 25 de abril, não podiam votar, não podiam sair do país sem a autorização dos maridos. Com a democracia, mudou muita coisa. Isso, sobretudo na década de 90, depois também da entrada de Portugal na União Europeia, abriu-se um novo mundo, mas sobretudo foi o dinamismo que a democracia trouxe, a igualdade. Hoje, nas universidades, há tantas mulheres como homens. Há cursos em que há mais mulheres que homens, como o jornalismo. As mulheres já não ficam em casa só a tomar conta dos filhos e passar a roupa a ferro para o marido. E isso as permitiu mostrarem o que valem e o seu mérito, e por isso foram chamadas para cargos de chefia. Eu acho que no jornalismo não há [preconceito e machismo], não me deparei com isso. Aliás, se isso ocorresse eu nunca estaria onde estou. Agora há uma questão: e nas direções? Por que é que há sempre mais homens do que mulheres? Ainda falta esse patamar. Mas é um caminho que se faz caminhando. De fato, eu nunca tive diretora mulher, na época em que passei [tem 27 anos de jornalismo]. (GH, 2017, entrevista à autora).

A história do país, para esses profissionais, corrigiu preconceitos ligados às mulheres. NF, 45 anos, é editor de Desporto no *DN* e compara passado e presente:

Julgo que mesmo historicamente, há muito mais mulheres no jornalismo do que há trinta anos. E é uma questão também das mentalidades, hoje não há mais aquela coisa retrógrada. Na direção do jornal, agora só há uma, mas havia três mulheres na direção anterior. Eram um diretor, um diretor adjunto e três diretoras adjuntas. Não me importava nada ser chefiado por uma mulher, desde que ela fosse competente (NF, 2017, entrevista à autora).

(2) Jornal deixou de ser um ambiente masculino – algumas falas sustentam essa percepção, como a de AP, editor adjunto de Sociedade, no *CM*. “O mundo da imprensa era masculino. Agora não. Pode ainda haver no topo esse reflexo histórico, mas nas chefias intermediárias já não se nota isso [...] as redações feminilizaram-se, então é uma questão de tempo. Daqui cinco anos as mulheres estarão na direção do *CM*”. A editora de Vidas, RL, de 34 anos, há 12 na profissão, recorda já ter trabalhado em redação “altamente masculina”. Ela refere-se a um jornal esportivo. “Mas até isso [redações esportivas masculinas] já sinto mudar [...] desde que saí da *Bola* [nome do jornal desportivo] não senti isso em nenhuma outra redação” (RL, 2017, entrevista à autora).

(3) **As mulheres foram para as universidades** – para homens e mulheres que trabalham nas redações jornalísticas, é perceptível que o caminho da universidade está povoado de mulheres. Assim pensa PV, 37 anos, editora de Internacional:

Antigamente, só quem ia estudar eram os homens. As mulheres aceitavam o papel de ficar em casa e cuidar dos filhos. Hoje em dia, acho que sobretudo a partir da minha geração, as mulheres já começaram a ter vida própria. E foram educadas naquela base de perceber ‘o que é que eu gosto de fazer e vou lutar por isso e vou ser eu, independente, vou ter a minha profissão, não vou existir através de um marido, eu posso existir por mim própria’. Nota-se também noutras áreas sem ser no jornalismo (PV, 2017, entrevista à autora).

Outra mulher, da mesma geração, com cargo semelhante em outro veículo (DR tem 35 anos e é editora de Economia e Política do *CM*), aponta um raciocínio na mesma linha:

Culturalmente e historicamente, se formos a pensar 30 anos, não havia tantas mulheres a fazer um caminho de formação, de carreira. Nos últimos anos isso tem acontecido. Ou seja, não só as próprias organizações passaram a dar mais oportunidades às mulheres, como as próprias mulheres mudaram a maneira de estar. Deixaram de querer estar só como domésticas, como mães, como educadoras e preferiram ir atrás de uma carreira (DR, 2017, entrevista à autora).

HR, 35 anos, editor de Cultura e Media do *CM*, lembra do fenômeno da abertura de cursos de comunicação e jornalismo em Portugal. Para HR, os cursos de comunicação já começaram atraindo mais mulheres que homens dispostos a cursá-los. Assim, infere-se que o jornalismo passou a ser uma profissão mais “feminina” concomitante ao momento em que o perfil do profissional passou a ser com formação na área.

Tem a ver com o *boom* que houve em Portugal dos cursos de comunicação social. Há trinta anos, existia um em Portugal. Atualmente há dezenas. Como tal, também houve muitas mudanças para entrar na profissão. Havia há trinta anos poucos jornalistas licenciados. Atualmente a grande maioria já vem com licenciaturas. E cursos de comunicação social são na maioria compostos por mulheres. Com os anos de experiência, as pessoas que entraram nessa nova fase também começam a chegar a cargos de chefia, independentemente de serem homens ou mulheres (HR, 2017, entrevista à autora).

O relatório de tendências 2016 das mulheres no trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2016) foi menos otimista. “Nas últimas duas décadas, os significativos progressos alcançados pelas mulheres na educação não se traduziram numa melhoria comparativa na sua situação no trabalho” (OIT, 2016, p. 3). Butler (2003) afirma que a chave para entender gênero seria não enxergá-lo como um papel, tampouco um estático e dicotômico conjunto de diferenças entre mulheres e homens.

Considerando que Wolf (1994), ao tratar dos valores-notícia e seus pressupostos, coloca o público como um dos fatores implícitos nesse que é um balizador do que vai ou não entrar na pauta dos veículos jornalísticos, temos de considerar uma pontuação feita por Steiner (2009). A autora afiança que, num pensamento dicotômico, tem-se que as mulheres jornalistas pensam mais no público, enquanto que os profissionais do sexo masculino tendem a ter uma postura mais “fria” no que tange à recepção. Em certa medida isso se aplica a gestores homens e mulheres com os quais conversamos.

Apesar dessas percepções que vão ao encontro do que afirma Steiner (2009), há um discurso forte (de uma maioria) na defesa de que, independente do gênero, o que existe são “pessoas com mais sensibilidade para uma área ou para outra”, como afirmou HR, editor de Cultura e Media, que desde 2010 exerce a função de editor. A colega editora do Vidas, RL, compartilha da opinião de HR. “Acho que quem faz os produtos são as pessoas, independente de serem homens ou mulheres” (HR, 2017, entrevista à autora).

São avaliações que vão ao encontro do que defende Butler (2003), ao afirmar ser necessário tratar o gênero no jornalismo como um ato relacional, a fim de avançar nas discussões epistemológicas e não de valores natos de homens e mulheres (STEINER, 2009, p. 127). Ainda assim, é válido pensar num contexto em que convergem os fatos de (1) as mulheres serem maioria entre os jornalistas em nações como o Brasil e estarem se aproximando da paridade em outros países, como Portugal, e (2) os valores-notícia darem ao público um protagonismo referenciado pelo cenário de concorrência empresarial e jornalístico. Importante nesse contexto asseverar que, conforme diz Vizeu (2014, p. 102), os critérios de seleção dentro da redação são “um componente complexo que se desenrola ao longo do processo produtivo”, mas não podemos esquecer as escolhas subjetivas inerentes aos valores-notícia, aos critérios de seleção jornalística.

Ponte (2005) analisou a autoria de matérias sobre crianças e infância, e depreendeu:

[...] o gênero não é uma variável a ignorar, apesar de ser eminentemente masculino o imaginário da profissão. Há jornalistas que falam de um “jornalismo no feminino”, apontando uma maior atenção aos pormenores e uma apetência por temas da esfera social, não dissociada de uma “ética do cuidado” [...]. É como se houvesse uma “ordem natural das coisas, não intencional”, que leva a que um jornalista homem vá cobrir a criminalidade infantil mas considere que temas de educação ou saúde serão melhor tratados por jornalistas mulheres, pela sua sensibilidade (PONTE, 2005, p. 161, grifos da autora).

Allan (1998) associa o conceito de verdade a uma invocação “masculinizada”, no sentido de que “as orientações dos homens para o ‘mundo dos fatos’ são consideradas as

mais ‘apropriadas’ para revelar a verdade do real” (ALLAN, 1998, p. 125-126 *apud* PONTE, 2005, p. 162). Considerando-se a existência dessa “verdade”, faz-se coerente a busca pela objetividade. Discussão que soa restritiva, à luz do que ponderamos acima, quando nos amparamos em Butler (2003) para tratar o jornalismo mais como um ato relacional do que de valores natos e dicotômicos entre homens e mulheres.

Mais apropriado, parece-nos, é pensar a objetividade como consciência das subjetividades inerentes ao trabalho e como forma de manter o profissional vigilante (TUCHMAN, 1978; PONTE, 2005). Sob essa perspectiva, desprendemos do objetivo e do subjetivo as “possíveis” masculinidades e feminilidades, deixando aos jornalistas a missão de lidar com as implicações éticas e políticas da realidade (MEDITSCH, 1992).

Algumas considerações

O jornalismo é uma profissão cujas portas abriram-se definitivamente para as mulheres. Pensar sobre gênero no mundo do trabalho jornalístico é uma forma de ajudar a compreender as relações profissionais e de poder que se fundam com a chegada e atuação das mulheres na profissão que por anos esteve atrelada ao universo masculino.

A maior incidência de mulheres na profissão contribuiu, em alguma medida, para uma pluralidade de vozes no fazer jornalístico. Quando nos amparamos nas perspectivas construtivistas, que acolhem as notícias como uma construção social da realidade, permeada pela cultura dos jornalistas (TRAQUINA, 2005) e da sociedade onde os profissionais estão inseridos, percebemos que, para além da heteronormatividade, dos valores da empresa e das rotinas produtivas, as subjetividades do sujeito jornalista dizem muito do processo produtivo que leva à notícia.

Adotar gênero como categoria para pensar convenções sociais sobre o masculino e o feminino ajuda a perceber a incidência desses “hábitos” nas práticas profissionais e sociais. E na fala dos profissionais percebe-se certa naturalização dessas convenções, que inclusive exaltam os diferentes papéis e visões de homens e mulheres na redação.

A feminização altera a dinâmica das redações, mas ainda esbarra em uma barreira social que as vincula à subordinação e inferioridade salarial. Esse conjunto de fatores exige de nós uma leitura atenta às nuances e complexidades do mundo do trabalho, de modo a tentar compreender a influência das questões de gênero no dia a dia das redações.

REFERÊNCIAS

ALLAN, Stuart. Gendering the Truth: politics of News Discourse. In: CARTER, Cynthia; BRANSTON, Gill; ALLAN, Stuart (Org.). **News, Gender and Power**. Nova York: Routledge, 1998. p. 121-140.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 24, p.629-638, maio 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BREED, Warren. Controle social na redação: Uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 213-231.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERQUEIRA, Carla Braga. A Imprensa e a Perspectiva de Género: Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher. **Observatorio (obs*) Journal**, Lisboa, v. 2, n. 2, p.139-164, 2008.

DUARTE, Jorge. Entrevista em Profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 62-83.

GALLAGHER, Margaret. O imperialismo de batom e a nova ordem mundial: as mulheres e os media no final do século XX. In: SILVEIRINHA, Maria João (Org.). **As mulheres e os Media**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. p. 69-96.

GALLEGO, J. Produção informativa e transmissão de estereótipos de gênero. In: SILVEIRINHA, M (Org.). **As mulheres e os Media**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. p. 55-67.

GARCIA, José Luís (Org.). **Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI**. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

GASKELL, George; BAUER, Martin W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GMMP, Global Media Monitoring Project. **Who Makes the News?** Londres: Wacc, 2015.

IFJ, International Federation Of Journalists. **Getting the balance right: Gender equality in journalism**. Bruxelas: International Federation Of Journalists, 2009.

IWMF, International Women’s Media Foundation. **Global Report on the Status of Women in the News Media**. Washington: IWMF, 2011.

LOBO, Paula et al. “In Journalism, We Are All Men”. **Journalism Studies**, [s.l.], v. 18, n. 9, p.1148-1166, 25 nov. 2015.

MARQUES DA SILVA, Sofia. Mulheres e feminilidade em culturas ocupacionais de hegemonia masculina. In: FERREIRA, Virgínia (Ed.). **A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: Políticas e circunstâncias**. Lisboa: Comissão Para A Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2010. p. 293-332.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MIRANDA, João. Contributos para o estudo sobre a feminização do jornalismo português. **Media e Jornalismo**, Coimbra, v. 17, n. 30, p.27-42, jan. 2017. Semestral.

MIRANDA, João. Notas sobre o papel e a situação da mulher no processo de profissionalização do jornalismo português. **Media e Jornalismo**, Coimbra, v. 25, n. 14, p.53-74, 2014.

OBERCOM, Observatório da Comunicação. **Anuário da Comunicação 2014-2015**. Lisboa: Obercom, 2015.

OBERCOM, Observatório da Comunicação. **Profissão Jornalista: condições laborais, formação e constrangimentos**. Lisboa: Obercom, 2017.

OIT, **Perspectivas Sociales y del empleo en el mundo: Avance global sobre las tendencias del empleo femenino 2018**. Ginebra: Oit, 2018.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Mulheres no Trabalho: Tendências 2016**. Ginebra: Oit, 2016.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico**. Florianópolis: Insular, 2005.

PONTES, Felipe Simão. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. **E-compós: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, v. 20, n. 1, p.1-15, jan. 2017.

ROCHA, Paula Melani; SOUSA, Jorge Pedro. O mercado de trabalho feminino em jornalismo: análise comparativa entre Portugal e Brasil. **Impulso**, Piracicaba, v. 51, n. 21, p.7-18, jan. 2011.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul. 1995. Trimestral.

SILVEIRINHA, Maria João. As mulheres e a afirmação histórica da profissão jornalística: contributos para uma não-ossificação da História do jornalismo. **Comunicação e Sociedade**, Braga, v. 21, p.165-182, 2012.

STEINER, Linda. Gender in the newsroom. In: WAHJ-JORGENSEN, Karin; HANITZSCH, Thomas. **The handbook of journalism studies**. Nova: Routledge, 2009. p. 116-128.

SUBTIL, F. Anotações sobre o processo de feminização da profissão de jornalista na década de 1990. In: GARCIA, J. L. (Org.). **Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI**. Lisboa: ICS, 2009. p. 93-108.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo Volume II: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. **Making News**. Nova York: The Free Press, 1978.

VIZEU, Alfredo. **Decidindo o que é notícia: Os bastidores do telejornalismo**. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1994.